

Folha de S. Paulo

Título: Painei S.A - Sol

Editoria: Mercado

Assunto: BDMG

Publicado: 13-09-2019

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

SOL Cresceu 212% o volume de desembolsos para projetos de energia fotovoltaicas no Banco de Desenvolvimento de MG de janeiro a agosto ante o mesmo período de 2018. Foram liberados R\$ 29,7 milhões, segundo o banco, que vai tratar do tema em evento com outras instituições da América Latina na próxima semana em Belo Horizonte.

Folha de S. Paulo
Título: Painel S.A - Sol
Editoria: Mercado
Assunto: BDMM
Publicado: 13-09-2019

2 SEXTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2019

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

PAINEL S.A. | Joana Cunha
paineta@grupofolha.com.br

A fila anda

Marcos Cintra mal foi demitido da Receita e já é cobçado. Ainda há quem acredite no potencial dele. O Brasil 200, grupo de empresários fundado por Flávio Rocha (Riachuelo), quer tê-lo como aliado na defesa do projeto de reforma tributária que vem tentando emplacar entre os congressistas. "A gente ganha mais um apoio em defesa do imposto sobre movimentação financeira, sem estar amarrado pelo fato de estar no governo", diz Gabriel Kanner, presidente do Brasil 200.

MINI Embora esteja interessado em ter ao seu lado a figura do secretário, estigmatizada pela defesa da CPMF, Kanner ainda espera mudar a imagem do tributo sobre movimentação financeira para ser reconhecido como microimposto.

LUTA "Vamos continuar nessa campanha, que não tem nada a ver com a CPMF", diz Kanner.

VIAGEM Flávio Rocha também busca reforço na Suíça. Vai se encontrar, no dia 23, com o economista Marc Chesney, da Universidade de Zurique, especialista no microimposto.

TRONO Quando o nome de Vanessa Canado, diretora do CGIE, passou a circular nesta quinta (12) como uma das apostas para comandar a Receita, houve comemoração entre apoiadores da proposta de reforma que tramita na Câmara, a PEC 45, do deputado Hakeia Rossi (MDB-SP), que é baseada nos estudos do CGIE think tank do qual o economista Bernard Apy também é diretor.

GOVERNO FEMINISTA Fizeram até sticker, aquelas figurinhas para trocar pelo Whatsapp, com foto da advogada coberta por uma coroa. Segundo professores da FGV, foram alunas de Canado que fizeram para exaltar o poder feminino.

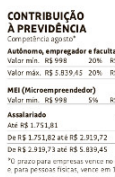
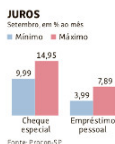


SERÁ? Os mais desconfiados se perguntavam: se o governo colossasse uma diretora do CGIE na Receita, estaria admitindo apoio à proposta da Câmara e se indisplicando com o Senado, que tem projeto adversário, no momento que Bolsonaro precisa da Casa para emplacar seu filho Eduardo em Washington?

PREFERIRIA NÃO Quem conversou com Canado acha improvável que aceite o cargo.

com Filipe Oliveira e Mariana Graziati

INDICADORES



IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,66	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,06	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	866,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Consórcio de empresas de capital e Grande SP

Emprego	Valor mín.	Alíquota	Valor máx.
Empregador	R\$ 9,28	13%	R\$ 672,34
Empregado	243,30		1.167,89

*O prazo para a entrega da declaração vence no dia 05 de set. A guia de pagamento dos patríes inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o F175, a multa para a doméstica e o sigilo contra assaltos. A contribuição INSS da doméstica só é descontada de seu salário

Apreensões no porto de Itaguaí crescem 6.712% sob comando de auditor ameaçado

Delegado de alfândega citou, em agosto, forças externas contra fiscalização e, na mesma época, Bolsonaro afirmou que poderia trocar postos

Camila Mattoso, Italo Nogueira e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO Alvo de pressão desde o início do governo de Jair Bolsonaro (PSL), a alfândega do porto de Itaguaí (RJ) registrou aumento significativo de apreensões de mercadorias sob o comando do auditor da Receita Federal que foi ameaçado de demissão. De 2015 para 2018, as apreensões no local subiram 6.712%, saltando de R\$ 7,1 milhões para R\$ 483,7 milhões. Em 2019, até agosto, já foram R\$ 354,9 milhões em bens confiscados. A pirataria foi uma das principais infrações detectadas, respondendo por 40% do volume apreendido, de acordo

com dados da Receita. No mês passado, o delegado de alfândega do porto, o auditor José Alex Nobrega de Oliveira, denunciou a colagem, por meio de uma carta, a ocorrência de "forças externas que não coadunam com os objetivos de fiscalização". Na mesma época, Bolsonaro afirmou que poderia trocar postos em que indivíduos se julgavam "domos do pedágio", sem citar nomes.

Oliveira foi nomeado em 26 de fevereiro do ano passado, no governo de Michel Temer, quando o secretário da Receita era ainda Jorge Rachid. A atuação de Oliveira é diretamente relacionada ao boom de apreensões.

APREENSÕES NO PORTO DE ITAGUAÍ
R\$ 7,1 mi em 2015
R\$ 483 mi em 2018
R\$ 354,9 mi em 2019 (até agosto)

A pressão do Palácio do Planalto para substituições levou à troca do número dois do órgão. O subsecretário-geral da Receita, Marcos Cintra, demitido nesta quarta (11).

A troca de Fachada teve aval do então secretário especial da Receita, Marcos Cintra, demitido nesta quarta (11). Além dele, o superintendente do órgão no Rio, o auditor Mário Delson, também ficou com o cargo ameaçado, por ter se recusado a efetivar a troca solicitada no local.

Em 2018, a alfândega do Porto de Itaguaí foi a unidade que mais apreensões realizou em todo o Brasil, de acordo com dados da Receita.

Também segundo essas informações, foram alvo dos auditores mercadorias que não atendiam às exigências técnicas e de segurança para o consumo, além da prática de declaração de preços inferiores aos praticados no mercado, implicando o recolhimento menor de tributos.

O porto de Itaguaí, no litoral do Rio de Janeiro, é o sexto maior do país, em volume de carga movimentada.

Em 2019, de acordo com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), o porto movimentou 26,2 milhões de toneladas. A maior parte, porém, de minério de ferro, responsável por 22,8 milhões de toneladas.



Torre Pituba, sede da Petrobras em Salvador que será desocupada em 2020. Reprodução/Google Street View

Edifício de R\$ 1 bilhão e alvo da Lava Jato vai ser desocupado pela Petrobras em Salvador

João Pedro Pitombo

SALVADOR Alvo de investigações no âmbito da Lava Jato, um dos edifícios mais emblemáticos da Petrobras, a Torre Pituba, será desocupado pela estatal no próximo ano. A saída deve acontecer pouco mais de quatro anos após a inauguração do edifício em Salvador. Construído pelas empreiteiras OAS e Odebrecht, a obra teve o orçamento estimado em R\$ 1 bilhão. Com 22 andares, 2.600 vagas de garagem e heliponto, a Torre Pituba foi erguida em contrato de locação firmado em 2010 entre Petrobras e o Petros, o fundo de pensão dos funcionários da estatal.

O acordo foi firmado na modalidade "build to suit", na qual o locador define detalhes do imóvel a ser construído e tem uso exclusivo das instalações. A parceria tem prazo de 30 anos e valor estimado em R\$ 1,4 bilhão, conforme o contrato obtido pela Folha. O aluguel é pago mensalmente e a Petrobras deve pagar R\$ 6,8 milhões, com correção anual pelo Índice Nacional da Construção Civil.

O contrato foi alvo de denúncia do Ministério Público Federal, que apontou pagamento de pelo menos R\$ 68 milhões em propinas. Em dezembro, a Lava Jato denunciou 42 pessoas por corrupção, lavagem de dinheiro, gesto fraudulento, desvio de recursos de instituição e organização criminosa.

A decisão da Petrobras de deixar a Torre Pituba acontece em meio a execução de um plano de desestatização e redução de gastos da empresa. O imóvel, segundo a Petrobras, tem taxa de ocupação de 20% e elevados custos de aluguel e manutenção.

A Petrobras está realizando estudo para adequar a ocupação dos espaços à estratégia de negócio da companhia, informou em nota a estatal, destacando que neste ano foram desativados prédios em São Paulo, Rio de Janeiro e Macaé. Há dúvidas a respeito da economicidade da desocupação. O contrato vence em 2045 e prevê o retorno integral do investimento na construção do prédio, independentemente de uma saída antecipada.

Em nota, a Petros informou não recebeu qualquer comunicação da Petrobras acerca do plano de desocupação da torre, mas destacou que o contrato não pode ser descrito sem o retorno do investimento. A Petrobras não informou qual será o destino do edifício. Mas a expectativa é de que a estatal busque um rompimento de contrato na Justiça.

A Torre Pituba abriga hoje não apenas atividades de apoio às operações na Bahia, como outras áreas administrativas da Petrobras, que estão avaliando as melhores soluções para alocação de suas equipes e atividades, não implicando necessariamente em transferências para outros estados e regiões.

Construída no período de bonança da Petrobras, a Torre Pituba foi erguida para abrigar setores administrativo, financeiro e de suporte operacional da estatal para as regiões Norte e Nordeste. O prédio foi construído sob a justificativa da economicidade, mas a Folha revelou em 2015 que a mudança representou um aumento de 142% no custo da estatal com aluguel em Salvador. Trabalham no local cerca de 2.000 funcionários, entre efetivos e terceirizados. Segundo o Sindicato dos Petroleiros da Bahia, os funcionários efetivos foram avisados que apenas uma parcela deles deve ficar na Bahia — os demais seriam remanejados para São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A Petrobras diz que avalia as melhores soluções para alocação de suas equipes e atividades, não implicando necessariamente em transferências para outros estados e regiões. A Petrobras caminha para reduzir suas operações na Bahia, estado onde em 1939 foi descoberto o primeiro poço de petróleo do Brasil, no bairro do Lobato, em Salvador. A estatal deve arrendar a Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) e estudar vender a refinaria Landulpho Alves, primeira erguida no Brasil em 1950.

“Vemos que há uma ação política para esvaziar a Petrobras na Bahia”
Radiovado Costa diretor do Sindicato